

# Estudo sobre Impacto dos Resgates Bancários em Portugal (2008–2025)

Publicado em 2025-08-03 13:39:42

## O PESO SILENCIOSO DA BANCA

Nos últimos vinte anos Portugal assistiu ao colapso de vários bancos que, apesar de privados, foram salvos com dinheiro público. Da nacionalização escandalosa do BPN à longa agonia do BES transformado em Novo Banco, passando pela liquidação silenciosa do Banif e pelas injeções multinilionárias na CGD, os contribuintes suportaram uma fatura pesada — mais de 22 mil milhões de euros até 2025. Este estudo reúne os números, os protagonistas e os prejuízos de um sistema que socializa perdas e privatiza benefícios. Uma radiografia necessária a uma das maiores transferências de riqueza da história recente do país.



## Introdução

Nos últimos vinte anos, Portugal assistiu ao colapso de vários bancos que, apesar de privados, foram salvos com dinheiro público. Da nacionalização escandalosa do BPN à longa agonia do BES transformado em Novo Banco, passando pela liquidação silenciosa do Banif e pelas injeções multimilionárias na CGD, os contribuintes suportaram uma fatura pesada — **mais de 22 mil milhões de euros** até 2025. Este estudo reúne os números, os protagonistas e os prejuízos de um sistema que socializa perdas e privatiza benefícios. Uma radiografia necessária a uma das maiores transferências de riqueza da história recente do país.

---

## A INVESTIGAÇÃO

Desde a crise financeira de 2008, o Estado português foi obrigado a intervir em vários bancos através de nacionalizações, resgates ou recapitalizações, para prevenir o colapso do sistema financeiro. Essas intervenções tiveram um **custo elevado para os contribuintes**, estimado em mais de **€22 mil milhões** até 2021. Abaixo detalham-se os casos dos principais bancos intervencionados – Banco Português de Negócios (BPN), Banco Espírito Santo/Novo Banco (BES/NB), Banco Internacional do Funchal (Banif), Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco Privado Português (BPP) – incluindo os montantes públicos envolvidos, o custo líquido após recuperações, os grandes devedores que estiveram na origem dos prejuízos e as fontes oficiais destes dados. No final, apresenta-se um quadro-resumo com os valores principais por banco.

## **Banco Português de Negócios (BPN)**

**Intervenção:** O BPN foi **nacionalizado em novembro de 2008** após se revelarem fraudes e perdas escondidas que ameaçavam a sua sobrevivência. Foi a primeira nacionalização bancária em Portugal desde 1975, justificada pelo risco sistémico que um colapso do BPN poderia causar. A gestão transitou para a Caixa Geral de Depósitos e, em 2011, optou-se pela reprivatização parcial: em março de 2012, o BPN (já expurgado de muitos ativos tóxicos) foi vendido ao Banco BIC por apenas **€40 milhões**, com o Estado a garantir ainda a cobertura de encargos futuros do banco vendido. Os ativos problemáticos permaneceram no Estado, agrupados em três veículos: **Parvalorem, Parups e Parparticipadas**, criados em 2010 para gerir a carteira de créditos incobráveis, imóveis e participações do antigo BPN.

**Dinheiro público injectado:** Desde 2008, o Estado teve de suportar sucessivas perdas do BPN. Segundo o Tribunal de Contas, até final de 2018 o **custo orçamental acumulado** com a nacionalização, reprivatização e operação dos veículos do BPN atingiu **€4.924 milhões**. E o valor não parou de subir: só em 2018 registaram-se €829 milhões de novas perdas e em 2017 mais €437 milhões. Adicionalmente, no final de 2018 os veículos Parvalorem/Parups/Parparticipadas tinham capital próprio negativo de **€1.028 milhões**, prevendo-se que essa diferença venha a ser também suportada pelo Estado. Somando os encargos já suportados e as perdas potenciais futuras, o Tribunal de Contas projetava um **custo total de €5.952 milhões** com o BPN (sem contar resultados negativos posteriores a 2018). De facto, em 2023 o Instituto Nacional de Estatística reconheceu **€915,9 milhões de perdas adicionais** em créditos incobráveis da Parvalorem, aumentando ainda mais a fatura para os contribuintes. Ou seja, **o BPN já custou efetivamente cerca de €6 mil milhões aos contribuintes**, podendo atingir perto de **€7 mil milhões** no final do processo.

**Recuperações e custo líquido:** A recuperação de valores pelo Estado tem sido quase nula. A venda do BPN ao BIC rendeu €40 milhões, valor irrisório face aos milhares de milhões de encargos. Alguns ativos foram vendidos pelos veículos (por exemplo, imóveis, obras de arte como a coleção Miró, etc.), mas serviram apenas para reduzir marginalmente as garantias públicas e atrasar novas perdas. Todos os anos, o Orçamento do Estado contempla dotações para cobrir prejuízos da Parvalorem e associadas – por exemplo, **€560 milhões em 2018**, €641 milhões em 2017, e ainda **€199 milhões previstos no OE2025** para continuar a financiar os restos do BPN e do Banif. Assim, o **custo líquido para os contribuintes aproxima-se do**

**total injetado, rondando 5 a 6 mil milhões de euros**

(dependendo das perdas finais a apurar), já que as recuperações de ativos foram muito limitadas.

**Grandes devedores e causas do colapso:** O colapso do BPN deveu-se a **gestão fraudulenta e créditos ruinósons** concedidos a empresas do próprio grupo e figuras ligadas ao banco. Uma lista divulgada em 2012 mostrava que os **500 maiores clientes do BPN deixaram de pagar as suas dívidas**, destacando-se **empresas e offshores do grupo SLN** (Sociedade Lusa de Negócios, dona do BPN) criado por José Oliveira e Costa. Entre os **maiores devedores individuais** figuram nomes ligados ao círculo do BPN e do poder político da época: o próprio **Oliveira e Costa** (ex-presidente do BPN, posteriormente condenado), o ex-ministro **Arlindo de Carvalho**, o advogado **Joaquim Coimbra**, o ex-deputado **Duarte Lima** (envolvido no financiamento ilícito de um projeto imobiliário – fundo Homeland – com €50 milhões de crédito BPN) e **Fernando Fantasia** e **Emídio Catum** (empresários próximos do universo SLN). Os **10 maiores devedores do BPN** incluíam várias sociedades instrumentais ligadas à SLN, muitas sediadas em offshores, com dívidas astronómicas: por exemplo, a **Pluripar** (€135 milhões), a **Solrac Finance** (€116 M), a **Labicer** (€82 M) e a **Cimentos Nacionais e Estrangeiros (CNE)** (€82 M) – todas elas empresas do grupo SLN – além de outras empresas de Fantasia/Catum (Domurbanis, Paprefu) com dezenas de milhões em dívida. Também foram identificados esquemas como a **\*\*compra de 41 quadros de Miró através da offshore Zevin (dívida de €43 M)]** e uma teia de financiamentos cruzados dentro do grupo que resultaram em perdas para o banco. Em suma, **fraudes contabilísticas, gestão dolosa e empréstimos concedidos sem**

**garantias a insiders** explicam a pesada fatura deixada pelo BPN.

## **Banco Espírito Santo (BES) e Novo Banco**

**Intervenção:** O **Banco Espírito Santo (BES)**, um dos maiores bancos privados portugueses, **colapsou em agosto de 2014** na sequência de divulgações de fraude e insolvência nas empresas do Grupo Espírito Santo (GES) – o conglomerado familiar acionista do BES. A 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal aplicou uma **medida de resolução**: os acionistas foram desapossados, o BES foi dividido num **"banco mau"** (que reteve os ativos tóxicos) e num **banco de transição** chamado **Novo Banco (NB)**, para onde foram transferidos os ativos considerados "bons" e a generalidade da atividade bancária do BES. O objetivo era salvar os depósitos e partes sãs do banco, evitando um colapso sistémico. O Novo Banco iniciou atividade em 4 de agosto de 2014, com capital social assegurado pelo Fundo de Resolução. Como banco de transição, o NB seria temporário e destinado a venda. De facto, após várias tentativas falhadas de venda em 2014-2015, o NB acabou por ser **vendido em outubro de 2017**: 75% do capital foi adquirido pelo fundo norte-americano **Lone Star** (por €1 simbólico, acompanhado de injeções de capital privadas de €1.000 milhões), mantendo o Fundo de Resolução 25% do capital. A venda incluiu, porém, um **Mecanismo de Capital Contingente**: o Fundo de Resolução comprometeu-se a cobrir perdas futuras do NB em determinados ativos "tóxicos" herdados do BES, até um limite de **€3.890 milhões**. Este mecanismo levou a várias injeções de capital entre 2018 e 2020, prolongando os custos públicos com este caso.

**Dinheiro público injectado:** Na prática, a resolução do BES implicou **financiamento público massivo** através do Fundo de Resolução (FdR). Inicialmente, em agosto de 2014, o **FdR foi chamado a capitalizar o Novo Banco com €4.900 milhões**. Desse montante, **€3.900 milhões foram emprestados pelo Estado** ao Fundo de Resolução (a juros simbólicos e prazo alargado), e cerca de **€1.000 milhões foram adiantados pelos outros bancos** participantes do Fundo. Esta primeira injeção cobriu o capital inicial do NB. Após a venda ao Lone Star (2017), ativou-se o mecanismo contingente: entre 2017 e 2020, o Novo Banco registou **perdas de mais de €4.000 milhões** em ativos herdados do BES, o que levou o Fundo de Resolução a realizar **injeções adicionais de €3.405 milhões** no NB até 2020. Em 2020, por exemplo, o Estado (via FdR) injetou **€1.035 milhões** no Novo Banco. No total, até final de 2021 as **ajudas públicas ao BES/Novo Banco somavam cerca de €8,3 mil milhões**. Esse valor inclui o empréstimo estatal de 2014 (não ainda reembolsado) e as sucessivas chamadas de capital contingente após 2017. Já em 2023, contando decisões arbitrais recentes, estima-se que a **fatura total do Fundo de Resolução com o Novo Banco atinja €8.490 milhões** (praticamente o teto máximo acordado). Importa referir que, por enquanto, estes montantes foram suportados pelo **Fundo de Resolução**, o qual é formalmente financiado pelos bancos – mas **com recurso a avultados empréstimos públicos** que terão de ser pagos ao longo de décadas. Segundo o acordado, o Fundo de Resolução pagará os empréstimos ao Estado (e a bancos credores) até **2060–2062**, usando as contribuições anuais da banca. Na prática, porém, enquanto esses empréstimos não forem liquidados, é o **Erário público que suporta o encargo**.

**Recuperações e custo líquido:** Ao contrário de outros casos, o BES/Novo Banco teve **alguma expectativa de recuperação** no longo prazo, dado que os bancos do sistema estão obrigados a repor os fundos públicos usados. No imediato, porém, **o custo líquido para os contribuintes é muito elevado**. Até 2021, o **saldo negativo para o Estado** nas intervenções BES/NB era de **€8,3 mil milhões**. A venda do Novo Banco à Lone Star não trouxe receita direta (foi praticamente gratuita) e ainda implicou o compromisso de cobertura de perdas pelo Estado. Apenas no futuro, se o Fundo de Resolução conseguir reembolsar integralmente os empréstimos (algo incerto, prolongado até 2060+), é que parte deste custo poderá ser recuperada – mas ao custo de décadas de juros baixos suportados pelo Tesouro. Assim, pode-se considerar que a **fatura suportada pelos contribuintes ronda os €8–8,5 mil milhões**, sem contar eventuais recuperações futuras. Este valor representa **mais de 25% do total de apoios públicos ao setor financeiro desde 2008**, sendo de longe o maior encargo individual. Note-se que o BES “mau” permaneceu em liquidação com alguns ativos residuais, mas os credores desse BES insolvente (obrigacionistas subordinados e outros) dificilmente terão recuperações significativas – não beneficiando o Estado.

**Grandes devedores e causas do colapso:** A queda do BES deveu-se sobretudo a **exposições gigantescas a entidades do próprio Grupo Espírito Santo** e a outros **devedores de risco** durante a gestão de Ricardo Salgado. Uma auditoria e uma comissão parlamentar revelaram que, à data da resolução, os **21 maiores devedores do BES/Novo Banco** acumulavam **€6,6 mil milhões de dívida** (grande parte já incobrável). No topo da lista estava o **Grupo José de Mello** (dívida inicial de €945 milhões), seguido da holding **Ongoing** de Nuno Vasconcellos (≈€606

milhões). Mais de metade deste crédito total concentrava-se em empresas de **construção e imobiliário** próximas do BES: por exemplo, o **Grupo Lena** (irmãos Barroca), a **Obriverca** (de Eduardo Rodrigues), a **Temple** (de Vasco Pereira Coutinho) e a **Promovalor** (grupo do empresário **Luís Filipe Vieira**, ligado ao futebol). Entre os maiores devedores constavam ainda figuras mediáticas como **Joe Berardo** (empresário cuja fundação tinha €327,7 milhões em dívida ao Novo Banco, parte de um total perto de €1.000 milhões de créditos envolvendo também CGD e BCP) e o construtor **José Guilherme** (com exposição de €250+ milhões, dos quais €82 milhões já em perdas no NB) – este último notório por ter presenteado Ricardo Salgado com €14 milhões, indício de conluio. Outro caso ruinoso foi o do **BES Angola (BESA)**: o BES tinha financiado a sua filial em Angola em **milhares de milhões de dólares** sem garantias suficientes; esses créditos foram maioritariamente perdidos, acabando o governo angolano por intervir separadamente. No Novo Banco, após 2014, verificou-se que muitos destes grandes devedores não pagaram e tiveram de ser reconhecidas imparidades (perdas) elevadíssimas. A **Deloitte** apurou que mais de **€2.000 milhões das perdas do NB (2014–2018) resultaram de “créditos ruinosos” concedidos no tempo do BES**. Exemplo simbólico: um pacote de empréstimos problemáticos com valor nominal acima de €1.000 milhões (incluindo Ongoing, Prebuild, grupos Tiner e Tricos, etc.) recebeu ofertas de compra por apenas **€20 milhões** – reflexo da quase total irrecuperabilidade desses créditos. O Fundo de Resolução travou essa venda a preço de saldo, esperando melhorar a recuperação, mas na prática empresas como a **Ongoing** e a **Prebuild** acabaram insolventes, e o NB dificilmente recuperará algo significativo. Em suma, a **“doença” do BES passou para o Novo Banco** – ativos maus (muitos sobrevalorizados no balanço do BES)



migraram para o NB e continuaram a gerar perdas, deixando uma conta pesada a cargo do setor público.

## Banco Internacional do Funchal (Banif)

**Intervenção:** O **Banif**, fundado na Madeira e então o 7º maior banco português, enfrentou dificuldades após 2010. Em 2013, no contexto do programa da troika, o Estado injetou **€700 milhões** no Banif (tomando 60% do capital) e concedeu €400 milhões em empréstimos convertíveis (CoCo bonds) para o recapitalizar. No entanto, o banco não se reestruturou com sucesso nem encontrou investidor privado, permanecendo fragilizado. Em finais de 2015, sob pressão do Banco Central Europeu (que ameaçava cortar financiamento) e da Comissão Europeia, foi decidida a **resolução do Banif**. A 20 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal anunciou a **venda de parte das operações do Banif ao Banco Santander Totta por €150 milhões**, integrada numa medida de resolução. Tal como no BES, foi transferida a “parte boa” (depósitos, créditos saudáveis, rede de balcões) para o Santander, e os ativos problemáticos ficaram num **veículo de gestão de ativos (Oitante, S.A.)** criado para o efeito. Nesta operação, o Estado teve de assegurar um **apoio público de €2.255 milhões** para cobrir perdas e garantir a venda ao Santander. Desse montante, **€1.766 milhões saíram diretamente do Tesouro e €489 milhões via Fundo de Resolução** (este último financiado por um empréstimo obrigacionista do próprio Santander, garantido pelo Estado). Em suma, a resolução do Banif envolveu de imediato cerca de **€2,25 mil milhões de fundos públicos**, além da injeção de €700 milhões feita em 2013.

**Dinheiro público injectado:** Somando as intervenções, o Banif implicou aproximadamente **€2,95 mil milhões de dinheiros públicos** (700 + 2.255). Parte deste valor corresponde a garantias e capital que teoricamente poderiam ser recuperados, mas na prática a maior parcela foi perda efetiva. O Tribunal de Contas calculou que, até final de 2021, o **custo suportado pelos contribuintes com o Banif ascendia a perto de €3 mil milhões**. Este valor inclui a injeção inicial de 2013 (não recuperada) e os fundos públicos colocados na resolução de 2015. O veículo **Oitante** ficou com os ativos “tóxicos” do Banif (imóveis e créditos depreciados) e tem apresentado pequenos lucros anuais, tendo inclusive já reembolsado empréstimos e pago cerca de €55 milhões ao Fundo de Resolução em 2022. Contudo, isso não altera substancialmente o quadro: todos os anos o OE tem destinado verbas de dezenas de milhões para a Oitante e outras entidades remanescentes do Banif (por exemplo, **€95,7 milhões no OE2024**, entre Oitante e antigas sociedades Banif). Assim, **o custo líquido para os contribuintes com o Banif permanece na ordem dos €3 mil milhões**, dado que a venda ao Santander foi por valor simbólico e os ativos recuperados pela Oitante apenas cobrem marginalmente o que o Estado continua a injectar para manter esse veículo operacional.

**Grandes devedores e causas do colapso:** O caso Banif teve contornos diferentes dos anteriores. As causas da sua derrocada incluíram **acumulação de créditos malparados**, sobretudo no segmento empresarial e imobiliário, e **problemas de governação**. O banco era muito exposto à economia dos Açores e Madeira (de onde era originário) e sofreu com a recessão pós-2011. Embora não tão mediatizado, também aqui existiram grandes devedores incumpridores. Informações

divulgadas posteriormente indicaram, por exemplo, que **ainda havia €143 milhões por recuperar dos “despojos” do Banif em 2024**. Entre os ativos problemáticos transferidos para a Oitante estavam créditos associados a empreendimentos imobiliários que o Santander recusou comprar. Houve referência a grupos económicos regionais que ficaram insolventes, mas poucos nomes vieram a público. O Banif chegou a financiar expansões internacionais e projetos imobiliários que correram mal; e a sua queda foi precipitada também por um **escândalo mediático em 2015** (uma reportagem televisiva sobre a situação do banco desencadeou fuga de depósitos). Resumindo, **maus empréstimos e falhas de supervisão** levaram ao fim do Banif, com o Estado a arcar com as perdas. (Uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao Banif em 2016 investigou estes contornos e criticou tanto a gestão do banco como a atuação tardia das autoridades, recomendando apuramento de responsabilidades.)

## **Caixa Geral de Depósitos (CGD)**

**Intervenção:** A **Caixa Geral de Depósitos**, sendo um banco público, teve uma trajetória distinta: nunca faliu nem foi alvo de resolução, mas precisou de **várias recapitalizações com dinheiros públicos** para fazer face a perdas e reforçar rácios. Entre **2008 e 2012**, a CGD realizou **quatro aumentos de capital** por parte do Estado, num total de **€2.700 milhões**. Adicionalmente, em 2012 o Estado emprestou **€900 milhões** à CGD via obrigações convertíveis (os chamados **CoCos**), montante que a Caixa não conseguiu reembolsar integralmente – tendo esses €900 M (mais €45 M de juros vencidos) sido convertidos em capital em 2017. A situação agravou-se após a crise: a CGD acumulou imparidades (provisões para crédito

malparado) superiores a **€3.000 milhões**, revelando a necessidade de uma recapitalização ainda maior. Em 2017, já fora do programa troika, o governo acordou com a UE um **plano de recapitalização** da CGD envolvendo **€4.000 milhões**: o Estado injetou **€2.500 milhões em dinheiro fresco** e transferiu para a CGD ativos (participações) no valor de ~€500 milhões; além disso, foram convertidos os €900 M de CoCos restantes e emitidos €1.000 milhões em obrigações subscritas por investidores privados. No total, a operação de 2017 mobilizou cerca de **€3.944 milhões em recursos públicos** (dos quais €2,5 mM em capital direto). Em troca, a CGD implementou um plano de reestruturação (fecho de balcões, redução de efetivos) e passou a ser supervisionada de perto para melhorar a gestão.

**Dinheiro público injectado:** Somando todos os apoios desde 2008, a **CGD recebeu cerca de €5,7 mil milhões** em capital do Estado. Este valor inclui os €2,7 mM de 2008–2012, o empréstimo CoCo €0,9 mM (convertido) e os €2,5 mM de 2017, entre outros ajustes. O Tribunal de Contas apontou um **saldo negativo de €5.458 milhões** para o Estado nas operações com a CGD (até 2021). Ao contrário dos outros bancos, porém, a CGD **permanece estatal e viável** – ou seja, as injeções são consideradas um investimento do acionista Estado. Por isso, há a expectativa de recuperar valor através de dividendos e eventuais vendas de ativos. De fato, a CGD voltou aos lucros a partir de 2018 e retomou a distribuição de dividendos ao Estado. Entre 2019 e 2022, a Caixa entregou centenas de milhões em dividendos, ajudando a “pagar” parte da recapitalização. O objetivo declarado é que pelo menos os **€2,5 mil milhões injetados em 2017 em dinheiro sejam devolvidos até 2025** sob forma de dividendos. Assim, o **custo líquido efetivo para os contribuintes poderá ser menor** se a CGD continuar lucrativa.

Ainda assim, até ao momento, considera-se que **cerca de €5,5 mil milhões** de dinheiros públicos ficaram “empatados” para salvar a CGD, e **qualquer recuperação dependerá dos resultados futuros**.

**Grandes devedores e causas do capital deficitário:** A razão para a CGD ter precisado de auxílio reside em **créditos de risco muito elevado concedidos entre 2005 e 2010**, que redundaram em pesadas perdas. Uma auditoria independente (EY, 2018) identificou **46 operações de crédito ruinosas**, totalizando quase €3.000 milhões em potenciais perdas, muitas aprovadas em contexto de influência política e critérios duvidosos. A **lista de grandes devedores da CGD** tornou-se pública em parte durante a Comissão Parlamentar de Inquérito de 2019. Destacam-se vários casos emblemáticos:

- O **Grupo Artlant** (projeto de fábrica petroquímica em Sines associado à espanhola La Seda) foi o **maior devedor individual**, com **€351 milhões** financiados pela CGD. O projeto faliu (insolvência em 2016), deixando esse prejuízo praticamente total.
- A **Fundação Joe Berardo** (ligada ao empresário José Berardo) surge como o **segundo maior devedor**, com **€268 milhões** emprestados para compra de ações do BCP – investimento que se evaporou na crise, levando a 100% de imparidade. Berardo, que chegou a afirmar no Parlamento “não tenho dívidas, quem tem é a Fundação”, acabou por ser alvo de ações judiciais coordenadas pela CGD, BCP e Novo Banco para recuperar cerca de €1.000 milhões em dívida total. Em 2019, Berardo viria a ser constituído arguido por fraude bancária.
- O **resort de luxo Vale do Lobo (Algarve)** foi outro fiasco: a CGD liderou um consórcio bancário que financiou os

promotores **Diogo Gaspar Ferreira e Luís Correa de Barros** em mais de €200 milhões. O negócio colapsou com a crise imobiliária e a dívida tornou-se incobrável em grande parte. Vale do Lobo foi apontado como **terceiro maior crédito ruinoso** na CGD, com perdas de muitas dezenas de milhões (estima-se acima de €100 M só para a Caixa).

- O **Grupo Lena** (construção civil, ligado a Joaquim Barroca) também está na lista: a CGD emprestou para diversos projetos do grupo, que depois enfrentou dificuldades, causando imparidades significativas.
- **Manuel Fino**, investidor que detinha a holding **Investifino/Finpro**, recebeu financiamento da CGD para comprar participações (como ações Cimpor). Com a crise, essas operações deram prejuízo e Fino entrou em incumprimento, contribuindo com largas dezenas de milhões em perdas (o grupo Finpro surge entre os maiores devedores falhados da Caixa).
- Outros devedores notáveis incluem a empresa **Birchview** (ligada ao investidor angolano Helder Bataglia), o projeto imobiliário **Quinta do Lorde** (na Madeira), a **Optivisão/Optway** (rede óticas do GES) e vários fundos de investimento imobiliário financiados pela Caixa. De acordo com dados divulgados, **metade dos 25 maiores devedores da CGD acabaram insolventes**, e sete deles – incluindo **Artlant, Birchview, QDL (Quinta do Lago/Lobo), Fundação Berardo, Investifino, Finpro** – causaram conjuntamente perdas na casa dos **€1,3 mil milhões** antes da recapitalização estatal.

Em resumo, **erros de gestão e governance na CGD** – concedendo créditos avultados sem garantias sólidas, muitas vezes por motivações político-empresariais – forçaram o

Estado, enquanto acionista, a cobrir um **enorme buraco financeiro** no banco público. A boa notícia é que, diferentemente dos bancos privados, a CGD saneada permanece nas mãos do Estado, gerando agora lucros que mitigam o prejuízo dos contribuintes.

## Banco Privado Português (BPP)

**Intervenção:** O **BPP**, um pequeno banco de investimento especializado em gestão de fortunas, enfrentou sérios problemas de liquidez em 2008 após o colapso do Lehman Brothers. Para evitar o pânico dos clientes, em dezembro de 2008 o governo português garantiu uma linha de crédito interbancária de **€450 milhões** ao BPP. Contudo, o BPP nunca recuperou: entrou em insolvência e acabou por **perder autorização bancária em 2010**, iniciando-se a liquidação. A garantia estatal foi chamada em grande parte, tornando-se encargo para o Estado.

**Dinheiro público injectado:** Embora não tenha havido uma "nacionalização", o Estado assumiu riscos financeiros significativos. Segundo o Tribunal de Contas, mais de **€268 milhões** ainda estavam por recuperar pelo erário público no final de 2021 relacionados com o caso BPP. Esse valor corresponde aos adiantamentos feitos pelo Estado para ressarcir clientes e credores preferenciais. O processo de liquidação do BPP arrasta-se há mais de uma década: ainda existem cerca de **6.000 credores** à espera e **€700 milhões em ativos por realizar** (valor contabilístico). O Estado é credor prioritário na liquidação, tentando reaver o dinheiro desembolsado, mas a recuperação tem sido muito limitada.

**Recuperações e custo líquido:** Até ao momento, **o custo líquido para os contribuintes aproxima-se de €0,3 mil milhões**. Se a liquidação do BPP conseguir vender ativos remanescentes, o Estado poderá recuperar alguma parcela – mas dificilmente a totalidade. Na melhor das hipóteses, o caso BPP deverá saldar-se com um **pequeno prejuízo ou equilíbrio**, comparado aos restantes casos (como nota, a revista Visão em 2017 referia que “o BPP também desapareceu mas, contas feitas, o saldo deve ficar perto de zero”, devido à eventual recuperação de valores). Entretanto, o Estado já arcou com custos judiciais e de gestão na ordem de **centenas de milhares de euros** no processo.

**Grandes devedores:** O BPP colapsou principalmente devido a **erros de gestão e produtos financeiros de alto risco** que correram mal (e não tanto por créditos comerciais como nos outros bancos). Ainda assim, houve alguns nomes envolvidos em créditos problemáticos. O fundador João Rendeiro (falecido em 2022) foi considerado responsável por fraude e desvio de fundos. O BPP tinha concedido empréstimos a clientes VIP para investimentos alavancados; muitos desses empréstimos ficaram por pagar após a falência. Não existe uma “lista de devedores” pública comparável às de outros bancos, mas o processo judicial identificou diversas sociedades veículo e offshores usadas para retirar ativos do BPP. Em suma, os contribuintes tiveram de intervir para garantir os depósitos e impedir um efeito dominó, mas a dimensão do BPP era pequena e o impacto financeiro, apesar de negativo, foi relativamente contido.



## Quadro-Resumo dos Custos por Banco (até 2025)

Para uma visão consolidada, o quadro seguinte resume os **montantes de dinheiros públicos injetados** em cada banco intervencionado e o **custo líquido estimado** suportado pelos contribuintes (após recuperações ou expectativas de reembolso):

Banco	Interv enção (ano)	Dinheiro público injectado	Custo líquido estimado
<b>BPN</b> (nacionalizado)	2008 (vend a 2012)	≈ €5.0 mil milhões (até 2018) *(+ pot. > €1 mil milhões após 2018)*	~€6,0–6,5 mil milhões (quase total sem retorno)
<b>BES/Novo Banco</b> (resolução)	2014 (vend a 75% em 2017)	€4,9 mil milhões (2014) + €3,4 mil milhões (2017– 2020) <b>Total:</b> ≈ €8,3 mil milhões	~€8–8,5 mil milhões (a serem suportados pelo setor público, ainda que com reembolso a longo prazo pelo FdR)
<b>Banif</b> (resolução)	2015 (vend a parcia l ao	€2,25 mil milhões (2015) + €0,7 mil milhões (2013) <b>Total:</b> ≈ €2,95 mil milhões	~€3,0 mil milhões (quase total perdido; venda rendeu €150 M)

Banco	Intervenção (ano)	Dinheiro público injectado	Custo líquido estimado
	Santander)	€2,7 mil milhões (2008–12) + €0,9 mil milhões (CoCos 2012) + €2,5 mil milhões (2017)	~€5,5 mil milhões (Estado acionista único; parte recuperada via dividendos, restante em ativo público)
<b>CGD</b> (recapitalizações)	2012, 2017	<b>Total:</b> ~ €5,7 mil milhões	
<b>BPP</b> (liquidação)	2008–2010	€450 milhões (garantia estatal de 2008) (executada parcialmente)	~€0,3 mil milhões (alguma recuperação possível em liquidação, ainda em curso)

\*Fontes: Tribunal de Contas, Banco de Portugal, relatórios oficiais e comunicação social.\*

---

**Referências Oficiais:** Os dados apresentados foram obtidos de relatórios do **Tribunal de Contas** (pareceres sobre a Conta Geral do Estado), comunicados do **Banco de Portugal**, informações do **Ministério das Finanças** (e Orçamentos do Estado), bem como das **Comissões Parlamentares de Inquérito** aos respectivos casos (BPN, BES, Banif, CGD) e auditorias independentes (como a da EY à CGD). Todos os valores e factos estão suportados em fontes públicas, nomeadamente

notícias de órgãos de referência que citam esses relatórios oficiais.

Investigação a cargo de Augustus Veritas e OpenAI [AI].

Claro, aqui está um **excerto sintético** que podes usar para divulgação ou introdução ao estudo completo:

---

### **Excerto – O Peso Silencioso da Banca: A Herança que os Contribuintes Suportam**

“Entre fraudes, má gestão e promessas de estabilidade, os contribuintes portugueses pagaram, entre 2008 e 2025, mais de **22 mil milhões de euros** para resgatar bancos em colapso. O caso BPN, um buraco de corrupção e favores, custou cerca de **6 mil milhões** ao erário público. O colapso do BES deu origem ao Novo Banco, onde os portugueses já injetaram mais de **8 mil milhões** — com promessas de reembolso que se arrastam até 2060. O Banif desapareceu em silêncio, mas deixou uma fatura de **3 mil milhões**. A CGD, embora pública e lucrativa nos últimos anos, exigiu mais de **5,5 mil milhões** em recapitalizações para cobrir o passado. Esta história de resgates, falências e dívidas incobráveis envolve nomes conhecidos, empresas falidas, e milhões evaporados — quase sempre sem responsáveis atrás das grades.”

---

Este estudo / artigo pretende acender uma vela num túnel sombrio. ✨

A verdade precisa de quem a carregue com firmeza.

E sempre que envergamos a tocha da verdade e da luz, estas incomodam os que vivem do nevoeiro.

E isso so nos mostra que estamos a iluminar o caminho certo.



Pela verdade. Pela lucidez. Pela reconstrução.

Francisco Gonçalves



## **Fragmentos do Caos - Sites Relacionados**



### **Blogue Principal:**

<https://fasgoncalves.github.io/fragmentoscaos.html>



### **Ebooks "Fragmentos do Caos":**

<https://fasgoncalves.github.io/hugo.fragmentoscaos>



### **Carrossel de Artigos:**

<https://fasgoncalves.github.io/indice.fragmentoscaos>

*Uma constelação de ideias, palavras e caos criativo –  
ao teu alcance.*

A sua avaliação deste artigo é importante para nós. Obrigado.

[avaliacao\_5estrelas]